



REDE REPÓRTER

EM DEBATE

*Calheiros quer
anistia para hackers
que desmascararam
membros da
Lava Jato*



MACEIÓ, 27/02 A 05/03 DE 2021 - ANO I - EDIÇÃO 002 - R\$ 2,00 - WWW.REDEREPORTE.COM.BR

GOVERNO

Bolsonaro fala em 4 parcelas de R\$ 250 em nova rodada do auxílio

PANDEMIA

*Governador e prefeito de
Maceió se reúnem para
definir novas medidas*

AUMENTO NÃO!

*Marx Beltrão vai ao Procon/AL
pedir mais fiscalização contra
aumento dos combustíveis*

VENDA

*Presidente joga a “batata quente”
dos Correios nas mãos de Arthur Lira*



*Privatização seria uma
oportunidade do setor
logístico evoluir*



DESPERDÍCIO

**Prefeitura de Maceió economiza quase R\$ 2 mi
com cargos comissionados em apenas dois meses**

VOCE ESTA VIVO?

INSS divulga calendário de retomada da prova de vida



HERÓIS

*Com nova remessa de vacina, AL terá 50,9%
dos profissionais de saúde imunizados*

REPÚDIO!

UNIÃO

O Senado aprovou por unanimidade, na tarde de quinta-feira, 25, o projeto do governo digital, que visa a reduzir a burocracia no acesso aos serviços públicos em todo Brasil. Relatado pelo senador Rodrigo Cunha, o projeto pavimenta o caminho para que o cidadão tenha um único documento de identidade orientado pelo número do CPF, que englobará a CNH, Carteira de Trabalho, Passaporte, título de eleitor, histórico médico, entre outros. Além de priorizar o atendimento on-line e estimular o uso de diversas tecnologias, o texto também cria assinaturas avançadas, reduzindo a burocracia e facilitando a vida das pessoas, que não mais terão de validar tudo em cartório. Em sua fala, Rodrigo explicou como o governo digital pode ajudar o cidadão na prática, citando como exemplo um atendimento hospitalar de emergência, onde o médico terá acesso ao histórico do paciente porque os dados estarão agrupados em um único local.

EDUCAÇÃO

A deputada estadual Cibele Moura (PSDB) defendeu, nessa quinta-feira (25), durante sessão ordinária na Assembleia Legislativa Estadual (ALE), que o Brasil priorize a educação e a vacinação contra a Covid-19 neste ano de 2021. A parlamentar lembrou que um dos recordes negativos que o País se encaminha para atingir é o tempo em que as escolas permanecem fechadas. “É um número assustador e que me causa calafrio saber que nossos jovens não estão na sala de aula. E não se faz educação se a gente não tiver orçamento para isso”, afirmou Cibele, ao destacar que “no orçamento que foi para o Congresso, a Defesa vai ter o dobro do vencimento em 2021. No ano de 2020 foram gastos R\$ 15,6 milhões em leite condensado pelo governo federal. Isso virou até meme, piada de internet. Então, a gente precisa elencar prioridades”, disse.

VACINA SIM!

A enfermeira Priscila Veríssimo, de 35 anos, morreu nesta quarta, após complicação da covid-19, moradora do bairro Brasília em Arapiraca, cidade do Agreste de Alagoas. Funcionária do Hospital Chama, Veríssimo já havia sido infectada uma vez e, fanática pelo presidente Jair Bolsonaro, se recusou a tomar a vacina. Com prioridade por trabalhar na linha de frente, ela se recusou a receber a dose da Coronavac que tinha direito. Tanto por achar que não pegaria novamente, quanto por acreditar que a vacina chinesa não tinha sido testada e que não era cientificamente comprovada. Como se recusou a ser vacinada, foi demitida e na semana passada pegou a Covid-19. A doença evoluiu rapidamente e ela acabou não resistindo.

MACEIÓ ILUMINADA

A Superintendência Municipal de Energia e Iluminação Pública (Sima) encerrou o segundo mês de ações do mutirão de iluminação em 13 bairros e restaurando mais de 700 pontos de luz. O objetivo do mutirão é ampliar esse número e fazer de Maceió uma cidade cada vez mais iluminada e segura. “Nosso mutirão vem alcançando resultados muito positivos. As equipes estão cada vez mais empenhadas em atender a todas as demandas”, destacou o superintendente da Sima, João Folha. Além das substituições realizadas durante o mutirão, existe uma equipe técnica que faz o mapeamento e levantamento de projetos futuros que podem melhorar a iluminação da cidade. Mais iluminação significa mais qualidade de vida para o maceioense.



MARCELO BASTOS

ARTIGO

De vereador a senador, a trajetória da família Falcão

A história da Família Falcão na política alagoana inicia-se a partir de 1950 com a eleição para Deputado Federal do seu principal líder Sebastião Marinho Muniz Falcão (PST), com a votação de 3.894 votos.

Na eleição de 1955, Muniz (PSP) foi eleito governador de Alagoas com uma votação de 53.085 votos (51,66%), derrotando Afrânio Lages (UDN), quando obteve 49.669 votos (48,34%) em uma das eleições mais acirradas em Alagoas. Durante o seu governo sofreu um processo de Impeachment, contudo, o Supremo Tribunal Federal considerou-o ilegal, sendo depois anistiado do processo de impedimento por uma comissão de Deputados e Desembargadores.

Na eleição de 1962, Muniz Falcão (PSP) foi eleito Deputado Federal com uma votação de 15.339 votos, sendo o segundo colocado no pleito.

Em 1965 disputou mais uma vez o Governo do Estado, onde foi o mais votado entre os cinco postulantes, porém a sua vitória foi esbarrada na Emenda Constitucional nº 13, promulgada em 8 de abril de 1965, que exigia a maioria absoluta de votos para a homologação do resultado e caberia à Assembleia Legislativa resolver o impasse; contudo, por vinte votos contrários ele foi derrotado. A partir de então, o Estado de Alagoas passou a ser governado por um interventor federal, General João Tubino até o momento em que os deputados estaduais escolhessem o novo Governador, conforme previa o Ato Institucional nº3 que legitimou a eleição indireta de Lamemba Filho



para governar o Estado e cuja posse aconteceu em 15 de agosto de 1966.

Djalma Falcão, irmão de Muniz Falcão, exerceu duas vezes o cargo de Deputado Federal (1967/1971) e (1983/1985).

Em 1985, depois da redemocratização do país, onde a população voltou a votar para Prefeito das capitais, Djalma (PMDB) foi eleito Prefeito de Maceió com uma votação de 56.174 votos (41,40%).

No pleito de 1994, Djalma Falcão (PMDB) foi o primeiro suplente para o Senado da República na chapa de Renan Calheiros (PMDB) e assumiu o Senado no período de 1998 a 1999 quando Renan tomou posse como Ministro da Justiça no governo de FHC.

Alcides Falcão, outro irmão de Muniz, foi eleito Vereador de Maceió na eleição de 1958 e reeleito em 1962. Ele também foi Deputado Estadual por seis mandatos consecutivos e na eleição de 1990 foi candidato a suplente de Senador na chapa encabeçada por Guilherme Palmeira, assumindo o mandato de Senador temporariamente de junho a outubro de 1998.

Pedro Marinho Muniz

Falcão, irmão de Muniz, era popularmente conhecido como Camucé, o qual conquistou vários mandatos de vereador por Maceió. Na eleição de 1982 foi o vereador mais votado de Maceió, obtendo 6.120 votos.

Na eleição de 1974, Camucé foi candidato ao Senado pelo MDB com 95.213 votos, ficando em segundo lugar. O eleito foi Teotônio Vilela (Arena), com uma votação de 140.989 votos.

Cleto Falcão, sobrinho de Muniz Falcão, foi eleito Deputado Estadual na eleição de 1986 pelo PMDB, com uma votação de 8.335 votos. No pleito de 1990, Cleto foi eleito Deputado Federal pelo PRN com uma votação de 38.125 votos.

A Família Falcão fez história em Alagoas na luta em defesa das grandes questões de interesse social. Sempre lutou na defesa dos grandes temas, inclusive participando ativamente dos movimentos político-sociais como a redemocratização do país, a campanha a favor da anistia, a busca pela liberdade de expressão e tantos outros, sendo a única família em que seus membros ocuparam todos os cargos eletivos ao longo do tempo.

EXPEDIENTE

Vitor Cansção
Diretor Geral
vitor@skyconnect.com.br
MTE 1841/AL



WWW.REDEREPORTER.COM.BR

O jornal REDE REPÓRTER é uma publicação semanal
Endereço para correspondência:
REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

Bolsonaro fala em 4 parcelas de R\$ 250 em nova rodada do auxílio

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta quinta-feira (25/2) que a nova rodada do auxílio emergencial deve ser feita em quatro parcelas mensais de R\$ 250.

O chefe do Executivo federal condicionou a discussão acerca do assunto, no entanto, ao Congresso Nacional, que discute a retomada do benefício dentro da PEC Emergencial.

“Eu estive hoje com o Paulo Guedes. A princípio, né, o que deve ser feito? A partir de março, por quatro meses, é 250 reais de auxílio emergencial. Então é isso que está sendo disponibilizado. Está sendo conversado ainda com, em especial, os presidentes da Câmara e do Senado”, disse o presidente. durante transmissão ao vivo nas redes sociais.

Em 2020, o auxílio emergencial socorreu 68 milhões de cidadãos



A partir de março, por quatro meses, é 250 reais de auxílio emergencial

diretamente, totalizando um gasto público sem precedentes, que atingiu um montante superior a R\$ 300 bilhões em pagamentos. Os benefi-

ciados receberam ao menos 5 parcelas de, no mínimo, R\$ 600.

Em setembro, o governo decidiu prorrogar o auxílio até dezembro

no valor de R\$ 300, mas redefiniu as regras e só 56% dos aprovados fora do Bolsa Família tiveram direito a receber mais 4 parcelas extras.

Segundo Bolsonaro, é preciso “ter certeza” do que será acertado nessa nova rodada. Na transmissão, ele ressaltou que a retomada será feita “em conjunto”, e não apenas por meio da equipe econômica do governo.

“A gente tem que ter certeza do que nós acertamos, vai ser em conjunto, não vai ser só eu e a equipe econômica, vai junto com o Legislativo também, na ponta da linha aquilo seja honrado por todos nós. Porque a nossa capacidade de endividamento está no limite. Então é mais quatro meses para ver se a economia pega de vez, pega para valer. A gente espera no final dos quatro meses ter uma nova proposta para o Bolsa Família. Como é que vai ser o Bolsa Família a partir de julho. Essa que é a nossa intenção e trabalhamos nesse sentido”, declarou.

VAI CAIR OS PREÇOS?

Conselho da Petrobras convoca assembleia para deliberar sobre troca de presidente



AUMENTO NÃO!

O Conselho de Administração da Petrobras decidiu convocar uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE), em data a ser definida, para deliberar sobre a troca de comando da empresa. A medida foi tomada nesta terça-feira (23), após reunião dos conselheiros da estatal. A companhia se pronunciou em nota, detalhando os próximos passos para a posse do general Joaquim Silva e Luna como presidente da empresa, indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

A AGE tem o objetivo de deliberar sobre a nomeação de Silva

e Luna para o lugar do atual presidente da estatal, Roberto Castello Branco. O pedido de realização da assembleia havia sido formulado pelo Ministério das Minas e Energia.

Segundo o comunicado divulgado pela companhia no início da noite, a AGE será realizada antes da Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2021. Na AGO será decidida a destituição de Castello Branco do cargo de membro do Conselho de Administração, o que acarreta a destituição dos demais sete membros do conselho de elei-

tos na AGO de julho de 2020. Serão eleitos oito membros do Conselho de Administração e haverá a eleição do presidente do conselho.

A estatal pontuou ainda que o Conselho de Administração “continuará a zelar com rigor pelos padrões de governança da Petrobras, inclusive no que diz respeito às políticas de preços de produtos da companhia”. Os membros da diretoria executiva têm mandato vigente até o dia 20 de março de 2021 e contam com o apoio do Conselho.



Marx Beltrão vai ao Procon/AL pedir mais fiscalização contra aumento dos combustíveis

O deputado federal Marx Beltrão (PSD) apresentou ao presidente do Procon/AL Daniel Sampaio, ofício com pedido para maior fiscalização do órgão quanto aos valores cobrados pelos combustíveis em Alagoas. Na ocasião, Beltrão apresentou o documento ao presidente, reiterando sua preocupação com o alarmante aumento nos preços da gasolina, do etanol, do diesel e do gás de cozinha praticados no estado.



“No Procon/AL, fomos muito bem recebidos pelo competente presidente Daniel Sampaio, que recebeu de nossas mãos o ofício com o pleito por mais fiscalização nos postos contra a alta alarmante no preço dos combustíveis. Tenho lutado por este objetivo e não vou retroceder. Ninguém aguenta mais!!! A gasolina já passa dos R\$ 5, o que é um completo absurdo! E mais: se o presidente Jair Bolsonaro reduziu impostos do gás de cozinha e do diesel, o preço destes combustíveis precisa cair beneficiando o consumidor final. Seguirei firme nesta luta” disse Marx Beltrão por

meio de suas redes sociais.

Diante de muitas reclamações dos consumidores quanto aos sucessivos aumentos de combustíveis, o Procon/AL começou a fiscalizar, já na nesta última terça-feira (23) os postos e combustíveis para conferir as últimas notas fiscais, preços, validade dos produtos e aferição das bombas. Com isso, o órgão terá como investigar e, oficialmente, dizer se existem problemas ou não nos preços cobrados nos postos do estado. O consumidor não pode sair prejudicado com os últimos e constantes aumentos, como os verificados recentemente.

PANDEMIA

Governador e prefeito de Maceió se reúnem para definir novas medidas

O governador de Alagoas, Renan Filho, e o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC), se reuniram, na manhã desta sexta-feira (26), no Palácio República dos Palmares, para avaliar a situação da Covid-19 e adotar novas medidas de enfrentamento à pandemia na capital, bem como em todo o Estado. Eles voltam a se reunir com as equipes técnicas nesta tarde, quando definirão e anunciarão as ações que serão tomadas.

“Nós vamos evitar, nesse primeiro momento, adotar medidas drásticas de fechamento da economia, mas vamos iniciar um processo de alerta para o cidadão e de intensificação de novas medidas para que a gente contenha o avanço da pandemia”, informou Renan Filho.

Ele adiantou que o Governo do Estado vai ampliar leitos e estuda suspender a realização de cirurgias eletivas para concentrar os esforços da rede de saúde no enfrentamento à pandemia.

“O Governo do Estado vai ampliar leitos e nós estamos alertando aos cidadãos que é fundamental que colaborem com as medidas de proteção individual para que os leitos ampliados possam atender as pessoas”, reforçou o governador. Outra questão que está sendo reavaliada é a volta às aulas na rede estadual.

“A tendência é que o Estado volte de maneira não presencial e recomende isso aos municípios também, justamente em virtude das dificuldades do momento”, revelou Renan Filho.

Além do governador e do prefeito de Maceió, participaram da reunião os secretários estadual e municipal de Saúde, Alexandre Ayres e Pedro Madeiro, respectivamente; os secretários de Estado da Educação, Fábio Guedes, e do Gabinete Civil, Fábio Farias; e o secretário de Governo do Município, Francisco Sales.

Com 66% dos leitos de UTI ocupados na capital, o prefeito de Maceió disse que a situação é de



alerta. João Henrique Caldas afirmou que o fundamental, neste momento, é fortalecer o sistema de saúde.

“Essa foi uma reunião para fa-

zermos um diagnóstico da real situação e do que nós podemos fazer para, conjuntamente, atuarmos a fim de mitigar, diminuir os impactos da pandemia e fortalecer também o

nosso sistema de saúde. Teremos outra reunião prevista para as 15 horas para, a partir daí, finalizarmos concretamente as medidas que estaremos adotando”, adiantou JHC.

VOCE ESTA VIVO?

INSS divulga calendário de retomada da prova de vida

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou hoje (26) no Diário Oficial da União(DOU) a portaria que suspende até abril a obrigatoriedade de aposentados e pensionistas fazerem a prova de vida, com o calendário de retomada do procedimento.

A medida de suspensão da obrigatoriedade já havia sido anunciada pelo presidente do órgão, Leonardo Rolim, na terça-feira (23).

O procedimento deve ser feito a cada ano para que o pagamento do benefício do INSS não seja bloqueado. Desde março de 2020, entretanto, os bloqueios foram suspensos em decorrência da pandemia de covid-19, que prejudicou a realização da prova de vida de modo presencial.

A suspensão da obrigatoriedade da prova de vida vem sendo postergada sucessivas vezes.

Desde agosto, o governo tem investido em um projeto piloto para que o procedimento possa ser feito de modo remoto, pelo celular. Uma nova etapa do projeto, lançada na terça (23), disponibilizou o serviço digital para mais de 5 milhões de beneficiários do INSS.

Segundo dados apresentados por Rolim, a suspensão da obrigatoriedade levou 5,3 milhões de aposentados e pensionistas a não realizarem o procedimento. Esses beneficiários precisam agora regularizar a situação. Pela portaria publicada nesta sexta (26), os bloqueios de benefício para quem não fez a prova de vida no ano passado voltarão a ocorrer a partir de maio, de forma escalonada.

De acordo com a nova portaria, por exemplo, quem deveria ter feito a prova de vida até abril de 2020 e não realizou o procedi-

Competência de vencimento da comprovação de vida	Competência da retomada da rotina
mar e abr/2020	maio/2021
mai e jun/2020	junho/2021
jul e ago/2020	julho/2021
set e out/2020	agosto/2021
nov e dez/2020	setembro/2021
jan e fev/2021	outubro/2021
mar e abr/2021	novembro/2021

mento, poderá ter o pagamento de seu benefício bloqueado a partir de maio deste ano, caso não se

regularize até lá.

Confira abaixo o cronograma de bloqueio do pagamento

de benefícios do INSS para os aposentados e pensionistas que não realizaram a prova de vida:

Governo já enviou doses da vacina contra a Covid-19 para imunizar 100% dos idosos

O Ministério da Saúde já enviou as doses necessárias para a imunização de 100% dos idosos de 60 anos ou mais institucionalizados e demais idosos acima de 90 anos contra a Covid-19. A última entrega ocorreu no início do mês de fevereiro para imunizar aproximadamente 895 mil idosos. A próxima etapa de vacinação será voltada para o grupo prioritário com idade entre 80 e 89 anos e trabalhadores de saúde.

A coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Francieli Fontana, explica que foram priorizados idosos acima de 90 anos a partir dos indicadores de internações. “Os idosos acima de 90 anos possuem um sobrerisco de 8,5 vezes maior de hospitalização e de 18,3 vezes mais óbitos quando comparado a idades anteriores. Por isso, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 orienta que este grupo seja priorizado”, destacou Francieli.

A coordenadora afirma que o próximo grupo prioritário a ser atendido, conforme orientação do PNI, será composto por 100% dos idosos com idade de 85 a 89 anos e 24% dos idosos de 80 a 84 anos; além de 8% dos trabalhadores da saúde ainda não atendidos. “O andamento da campanha ocorre conforme o cronograma de entrega dos laboratórios produtores”, ressaltou Francieli.

O Ministério da Saúde já iniciou a distribuição de mais 3,2 milhões de doses de vacinas para ampliar a vacinação no Brasil entre o fim de fevereiro e o início de março. Todos os estados e o Distrito Federal começam a receber 2 milhões de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford, importadas da Índia, e 1,2 milhão de doses do imunizante do Instituto Butantan. As doses são enviadas pelo Ministério da Saúde aos estados, que são responsáveis pela distribuição aos municípios para que organizem a estratégia de aplicação das vacinas.



VACINAÇÃO DE INDÍGENAS

O Ministério da Saúde também enviou doses para vacinar 100% dos indígenas acima de 18 anos que vivem em terras indígenas, atendidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (SASISUS) e especificidades da ADPF 709. A estimativa é vacinar cerca de 413 mil indígenas neste primeiro momento.

As especificidades da ADPF incluem todas as Terras e Reservas Indígenas que estejam em qualquer fase de Estudos a Homologação do processo administrativo de demarcação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A priorização da população indígena justifica-se por critérios epidemiológicos, modo de vida coletivo e dificuldades geográficas para acesso aos serviços de saúde, sendo necessário que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) percorra longas distâncias por vias fluvial, terrestre e aérea para atender a essa população.

HERÓIS

Com nova remessa de vacina, AL terá 50,9% dos profissionais de saúde imunizados

A quarta remessa de vacinas contra a Covid-19 chegou trazendo 37.400 doses do imunizante para o Estado. Com isso, mais alagoanos estarão protegidos contra o novo coronavírus. Foram enviados para Alagoas os imunobiológicos da AstraZeneca/Fiocruz, com 24 mil doses, e 13.400 da Coronavac (Sinovac/Butantan).

Os municípios que fizeram o agendamento junto as Centrais Estaduais de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos, localizadas em Maceió e em Arapiraca, já começaram a retirar, nesta sexta-feira (26), as doses e os insumos estipulados pelo Programa Nacional de Imunização em Alagoas (PNI/AL). A quantidade de doses está descrita na Nota Informativa nº 08/2021 da Superintendência de Vigilância em Saúde (Suvisa) da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau). Baixe a nota aqui

Na Nota Informativa também

consta que todas as doses da AstraZeneca/Fiocruz serão destinadas para os idosos com idade entre 79 anos e 82 anos. O documento ainda destaca sobre a necessidade de ampliação da vacinação desse público-alvo, por terem um maior risco do agravamento da Covid-19 e pelo o aumento de doenças de transmissão respiratória, com a chegada da quadra chuvosa, no período de março.

A Suvisa ainda informa que existem 720 vacinas da AstraZeneca/Fiocruz nas centrais de distribuição, uma reserva técnica feita pelo PNI/AL, e serão acrescentadas para cobrir a nova faixa etária a população idosa.

Já o quantitativo de doses da CoronaVac (Sinovac/Butantan) será aplicado, exclusivamente, nos trabalhadores da saúde, dando continuidade a vacinação desses profissionais. Com essa quarta remessa, Alagoas irá alcançar o percentual de 50,9% do público estimado de tra-



balhadores da saúde.

As 24.720 doses da AstraZeneca/Fiocruz representam a primeira dose do imunizante, e as 13.400 vacinas da Coronavac serão para a aplicação das duas doses. O documento da Suvisa informa que será destinada aos municípios somente o quantitativo referente à

primeira dose da Coronavac, ficando retida a 2ª dose nas centrais de distribuição para serem entregues depois.

Agendamento e retirada – As secretarias municipais de saúde precisam fazer a solicitação das vacinas e dos insumos por meio do Sistema de Informações de Insumos

Estratégicos (SIES) e agendar com as Centrais de Distribuição, de Maceió e Arapiraca, pelo e-mail: redefrioalagoas@gmail.com. As gestões municipais que possuem como referência a Central de Arapiraca poderão retirar os imunobiológicos e insumos a partir da segunda-feira (1º).

JUSTIÇA

Irmão de juiz que atirou em garçons vai continuar atrás das grades

O desembargador José Carlos Malta Marques indeferiu o pedido de habeas corpus impetrado pela defesa do empresário Cícero Andrade de Souza, irmão do juiz Luciano Andrade, preso em flagrante no dia 20 de fevereiro, acusado de tentativa de homicídio após realizar disparos de arma de fogo na Praia do Francês. A decisão, que tem caráter liminar, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico de quinta-feira (25).

Na decretação da prisão preventiva, a fundamentação foi a garantia da ordem pública.

Conforme depoimentos de testemunhas, o empresário teria assediado garçonetes, humilhado garçons e atentado contra a vida de funcionários e do proprietário de um estabelecimento da região.

A defesa alegou que o flagrante foi ilegal, uma vez que o próprio suspeito se apresentou à delegacia no dia posterior ao fato, o que afastaria o cenário de fuga. Além disso, foram destacadas as condições pessoais favoráveis do empresário, como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, o que tornaria ilegal a prisão preventiva.



O desembargador José Carlos Malta entendeu que o empresário só se apresentou à Polícia após ter fugido de sua residência, com o intuito de evitar o flagrante. "A apresentação espontânea do paciente não pode ser configurada apenas por seu comparecimento frente à autoridade policial, uma vez que é preciso levar em consideração toda a sua postura após praticar a conduta potencialmente criminosa", diz a decisão.

Quanto às condições pessoais favoráveis, a decisão destaca que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já possui entendimento sólido no sentido de que isso não inviabiliza a pri-

sação preventiva. O desembargador ressaltou ainda que o próprio depoimento do acusado indica que ele atentou contra a vida de três pessoas.

"Nessa linha, considerando o contexto fático apresentado nos autos, bem como os documentos que instruem o presente remédio constitucional, entendo que não resta suficientemente demonstrada, num primeiro momento, a existência de evidente ilegalidade que justifique a concessão de medida liminar, antecipando, assim, a análise definitiva que deverá ser realizada pela Câmara Criminal desta Corte de Justiça", afirma a decisão.

DESPERDÍCIO

Prefeitura de Maceió economiza quase R\$ 2 mi com cargos comissionados

A Prefeitura de Maceió está cortando na própria carne para combater o desperdício de recursos públicos. Desde o início desta gestão, em janeiro, foi economizado R\$ 1,9 milhão só com cargos comissionados. "Quando assumimos a gestão, determinei imediatamente a todos os gestores que fizessem um diagnóstico minucioso dos gastos em suas pastas", diz o prefeito JHC. "Essa análise permitiu que suspendêssemos diversas nomeações sem prejuízo ao bom funcionamento do serviço público", explica.

O montante economizado será destinado para investimentos em saúde, educação e obras que beneficiem todos os maceioenses.

"Nós queremos que os recursos públicos sejam destinados a melhorias que façam de Maceió uma cidade da qual os maceioenses tenham orgulho de viver", afirma JHC.

Em breve, conta o prefeito, novas medidas serão anunciadas para estancar a má utilização de verbas públicas, aumentando a transparência do Poder Público municipal. "Esse é só o começo", diz o prefeito.



Essas são as nossas primeiras metas de 2021



Você vem com a gente?



25 mil kits de material escolar



30 mil cestas de alimentos



35 mil kits de limpeza

realização



apoio



Doe agora: LBV.ORG

Bolsonaro joga a “batata quente” dos Correios nas mãos de Arthur Lira

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu na quarta-feira, 24, a proposta que permite que os serviços postais, exercidos em regime de monopólio pelos Correios, sejam realizados pela iniciativa privada. O texto foi entregue a Lira pessoalmente pelo presidente Jair Bolsonaro, que veio à Câmara trazer o projeto.

Bolsonaro foi ao Senado entregar a Medida Provisória 1031/21, que autoriza a privatização da Eletrobras. Lira afirmou que espera uma discussão transparente sobre a proposta, pois será uma decisão coletiva da Casa. “Esperem uma discussão transparente, limpa e justa, pois é de interesse do povo brasileiro”, afirmou.

“O relacionamento das duas Casas (Câmara e Senado), continua com muito diálogo e vamos

cumprir o que prometemos ao povo brasileiro”, finalizou. A proposta entregue por Bolsonaro teria o objetivo de aumentar a qualidade dos serviços postais, ampliar o investimento privado no setor, além de privatizar a empresa. Também prevê que a prestação do serviço postal universal pela União seja feito por meio de contratos de concessão.

“Diferentemente da Eletrobras, que nós precisávamos de uma medida provisória para incluir a empresa no PND [Programa Nacional de Desestatizações], no caso dos Correios eu preciso regulamentar o marco postal para ter carta branca para a modelagem da empresa”, diz Diogo Mac Cord, secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados no Ministério da Economia.

Privatização seria uma oportunidade do setor logístico evoluir



Por meio do projeto entregue à Câmara dos Deputados, o governo garante que cumprirá com os preceitos de universalização dos serviços postais, previsto na Constituição, sem que seja necessário um monopólio para tal. No caso, a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, ficará responsável por regular e monitorar o cumprimento das metas de universalização e qualidade dos serviços. A autarquia passará, então, a se chamar Agência Nacional de Comunicações (Anacom). “A empresa pode ser integralmente concedida à iniciativa privada. O controle que nós teremos é por meio da regulação”, explica Mac Cord, em entrevista a VEJA. “O projeto que nós encaminhamos dá um prazo de monopólio de até cinco anos para os Correios, para ir quebrando isso aos poucos para incentivar a competição.”

FINANÇAS

Banco do Nordeste lucra mais de R\$ 1,4 bi durante pandemia

O Banco do Nordeste investiu, em 2020, montante de R\$ 40,07 bilhões, valor correspondente a 5,1 milhões de operações distribuídas em sua área de atuação, constituída pelos nove estados da Região e pelo Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Mesmo em ano atípico, marcado pela crise sanitária mundial, o Banco alcançou lucro líquido recor-

rente de R\$ 1,44 bilhão, superior em 12,8% ao resultado do exercício de 2019.

Do valor total aplicado pelo BNB, em 2020, destacam-se as contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que somaram R\$ 25,84 bilhões, observando-se incremento de 25,7% na quantidade de

operações em comparação com o ano anterior. Esse valor equivale a 711 mil operações.

Somente nos setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, foram injetados R\$ 19,08 bilhões. Projetos de infraestrutura totalizaram R\$ 6,63 bilhões. Dentro da preocupação com a sustentabilidade, o Banco to-

talizou inversões no Programa FNE Verde Pessoa Física, voltado para a microgeração de energia, no montante de R\$ 112,9 milhões.

Já o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), também com recursos do FNE, somou R\$ 11,7 milhões, permitindo estudantes ingressarem no ensino universitário. Para o presidente do Ban-

co, Romildo Rolim, “os resultados de 2020, considerando os desafios inéditos na história da Instituição, demonstram inequivocamente a importância do papel do Banco do Nordeste para a Região, na medida em que as políticas do Governo Federal sintetizam a preocupação com a manutenção dos empregos e com o bem-estar da população”.

ECONOMIA

60% da população é contra a privatização da Caixa

Quase 60% dos brasileiros ouvidos em uma nova pesquisa de opinião pública são contrários à privatização da Caixa Econômica Federal e de outras estatais: chega a 59,8% o índice de cidadãos que rejeitam a venda do banco para a iniciativa privada. A Caixa também lidera a relação de empresas públicas que a sociedade menos quer ver privatizada, conforme apontam 30,1% dos entrevistados.

Estes são os principais resultados do levantamento feito pelo Instituto MDA, contratado pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). De acordo

com os dados, divulgados esta semana, apenas 28,6% das pessoas disseram ser a favor da privatização de estatais; 11,6% não souberam opinar ou não responderam. A pesquisa CNT/MDA foi realizada com 2.002 entrevistados, em 137 cidades de 25 estados, entre os dias 18 e 20 deste mês.

“Levantamentos como este são importantes para reafirmarmos o posicionamento em defesa da Caixa 100% pública e do papel essencial que os bancos públicos desempenham para o desenvolvimento econômico e social do país”, afirma o presidente da



Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto. Ele reitera que, no caso da Caixa, o propósito do

governo Bolsonaro é fatar e privatizar a instituição por meio da venda de subsidiárias, até que a empresa deixe de ser rentável, competitiva e a serviço da popula-

ção.

Os entrevistados da pesquisa CNT/MDA também foram ouvidos sobre a venda de estatais como o Banco do Brasil, a Petrobras, a Eletrobras, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e a Casa da Moeda. Eles se posicionaram resistentes a qualquer proposta de privatização, com exceção dos Correios. Em relação à Petrobras, houve empate técnico. De um modo geral, o resultado do levantamento mostrou que quanto mais as pessoas têm a empresa pública como parte do dia a dia, menos elas defendem a privatização.

EM DEBATE

Calheiros quer anistia para hackers que desmascararam membros da Lava Jato

O senador alagoano Renan Calheiros (MDB-AL) apresentou um projeto de lei que concede anistia aos seis "hackers" denunciados pelo Ministério Público Federal na Operação Spoofing. Essa operação foi deflagrada pela Polícia Federal em 2019 para investigar a invasão de celulares de membros da Operação Lava Jato.

Ao justificar seu projeto, Calheiros afirma que as mensagens reveladas pelos acusados são "confissões inequívocas de perseguição política; da tentativa descarada de influenciar o processo político-eleitoral, de desprezo pelos direitos fundamentais das pessoas acusadas; de violação do dever de imparcialidade do juiz; de quebra do dever de impessoalidade dos membros do Ministério Público; da condução de tratativas internacionais fora dos canais diplomáticos; da promoção de estranhas investigações contra autoridades detentoras de foro especial por prerrogativa de função; de vazamento de informações sigilosas à imprensa; além de outras ilegalidades cometidas por aqueles que deveriam, em tese, zelar pela Constituição".



Senador afirma que as mensagens reveladas são "confissões de perseguição política"

"É fato inequívoco que essas pessoas [os seis hackers] extraíram um conjunto estarrecedor de conspirações que violaram a ordem jurídica e o estado democrático de direito com propósitos políticos. Mas estamos diante de um encadeamento de ilegalidades com atenuantes para uns e agravantes para os agentes investidos de poderes públicos. As confabulações desses agentes representam

um passeio de ilegalidades pelo Código Penal", declarou o senador.

Renan avalia que a anistia não significa que o Congresso Nacional deixará de reprovar a conduta dos denunciados, mas o senador acredita que todos eles já pagaram um preço muito alto, "uma vez submetidos a medidas restritivas de liberdade, além de degradante exposição midiática". "Os seis denunciados

praticaram um ilícito. Mas, nessa ação, e graças a ela, exumou-se um valhacouto, um sindicato de transgressões.

Ao acessar os telefones da Lava Jato, os denunciados descobriram que o Ministério Público e o juiz Sergio Moro, para combater eventuais crimes, cometeram uma enxurrada de outros delitos", disse. Ainda não há data prevista para a apreciação desse projeto.

IRONIA

Fernando Collor é escolhido para fazer turismo" em comissão no Senado

A chapa formada pelos senadores Fernando Collor (Pros-AL), como presidente, e Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), como vice-presidente, foi eleita nesta quarta-feira, 24, para presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. A eleição de Collor, senador que adora viajar, e Flávio foi feita por aclamação.

"Precisamos debater com especialistas, representantes do governo e a sociedade o modelo de desenvolvimento do país no século XXI centrado nas pessoas com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida dos brasileiros, especialmente os mais carentes, além de melhorar o [índice de desenvolvimento humano]", disse Collor.

A distribuição das comissões no Senado obedece, em geral, a acordos firmados pelas bancadas dos partidos políticos com representação na Casa. Empossados nas funções, os senadores falaram em pautar projetos que incentivem o uso do turismo e de projetos de desenvolvimento regional na estratégia de recuperação econômica e social diante da crise decorrente da Covid-19.

O Meio Ambiente é um tema recorrentemente citado em questões nacionais e internacionais envolvendo o governo Jair Bolsonaro (sem partido). No Senado, a comissão que trata do tema, a CMA, será dirigida pela oposição ao governo Jair Bolsonaro (sem partido), com o senador Jaques Wagner (PT-BA) como presidente.

A principal comissão do Senado, a de Constituição e Justiça (CCJ), terá como presidente e vice a dupla que comandou toda a Casa entre 2019 e o início deste ano: Davi Alcolumbre (DEM-AP) é o presidente e Antonio Anastasia (PSD-MG) será o vice-presidente. Alcolumbre e Anastasia lideraram a articulação da eleição do atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

BRASÍLIA

Arthur Lira sofre primeira derrota no comando da Câmara Federal

O presidente da Câmara dos Deputados, o alagoano Arthur Lira (PP-AL), não conseguiu na quinta-feira, 25, acelerar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da impunidade. A tentativa quase provoca uma crise na relação com o Poder Judiciário.

Lira sofreu um revés com o adiamento da votação da proposta no plenário da Casa. As dificuldades de costurar um acordo para diminuir a oposição ao texto fizeram com que a sessão se arrastasse por seis horas.

Lira não conseguiu vencer a resistência dos congressistas contrários à proposta, que também desagradou a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), informa a



Folha de S.Paulo.

A principal polêmica da PEC da impunidade ocorreu em torno do Artigo 53, que torna o mandato dos parlamentares invioláveis, podendo ser submetidos apenas ao Conselho de Ética da Câmara.

A deputada Margarete Coelho (PP-PI) fez alterações de última hora que reduziram vários pontos polêmicos, entre eles os que tratam da inelegibilidade e as condições para a prisão em flagrante, propondo a retirada da referência à inviolabilidade, acatando posicionamento da deputada Maria do Rosário (PT-RS).

A "PEC da Impunidade" representa um elemento de defesa dos parlamentares e foi adotada em função da prisão do deputado federal Daniel Silveira, que não teria ocorrido caso a alteração constitucional já estivesse em vigor.

A proposta apontava como crimes inafiançáveis apenas os citados expressamente na Constituição. A redação foi alterada para incluir todos os crimes inafiançáveis "na forma da lei", o que permite interpretação mais abrangente, como a retirada de uma medida que alterava as condições de inelegibilidade pela Lei da Ficha Limpa.